

A economia brasileira, nos últimos cinquenta anos, transformou-se em uma economia subdesenvolvida, porque marcada por grandes desigualdades, mas industrializada e moderna. A burguesia é a classe dominante, mas a classe média tecnoburocrática, presente tanto no setor público quanto no privado, tem uma influência crescente. A ideologia dominante é a do capitalismo competitivo, liberal, mas a sociedade ainda mantém traços autoritários de caráter patrimonialista e corporativista e a economia é monopolista.

É essencial, entretanto, compreender que, apesar desses desequilíbrios e contradições, o Brasil já não é mais um império semicolonial, ou uma simples economia periférica. A economia brasileira é hoje poderosa, tecnologicamente sofisticada, industrialmente integrada. O mercado interno já é enorme.

A sociedade brasileira é um todo complexo e multiforme, que nada tem a ver com o mundo dos senhores e escravos do século passado, ou com a estrutura social baseada em uma elite latifundiária e numa massa de trabalhadores rurais (intermediada por uma pequena classe média tradicional e parasitária) da primeira república. O Brasil não é mais um misto de sociedade capitalista mercantil e sociedade pré-capitalista, na qual a acumulação primitiva (e não a mais-valia) é a forma por excelência de apropriação do excedente, e o patrimonialismo clientelista, a forma de dominação política. Não é mais uma sociedade política intrinsecamente autoritária, compatível com esse tipo de apropriação de excedente, embora conserve fortes traços autoritários.

A burguesia no Brasil, hoje, é uma classe poderosa. A acumulação de capital ocorrida neste país, embora tenha permitido a formação de grandes empresas multinacionais e de um grande aparelho produtivo estatal, garantiu também a formação não apenas de uma grande burguesia monopolista local, industrial e financeira, mas também de uma média e pequena burguesia formada de empresários industriais, agrícolas, comerciais e de serviços, e de um número já considerável, embora ainda sem peso econômico, de rentistas (que vivem de juros e aluguéis).

Esta média e pequena burguesia soma-se à tecnoburocracia, ou seja, aos funcionários e gerentes públicos e privados, para formar uma imensa cama-

da ou “classe” média, extremamente diversificada e contraditória, mas que possui alguns pontos em comum: principalmente padrões culturais e de consumo próximos aos vigentes nos países centrais.

A existência dessa grande camada média, que é remunerada por ordenados muito superiores aos salários recebidos pelos trabalhadores, somada ao fato de que a extração do excedente já é hoje realizada no Brasil adicionalmente por meio do lucro e dos juros resultam em uma grande aliança entre a tecnoburocracia e a burguesia para o exercício da hegemonia política e ideológica.

A imensa acumulação de capital ocorrida neste país nos últimos sessenta anos teve como resultado a consolidação do capitalismo. O Brasil é hoje uma formação social em que o modo especificamente capitalista de produção (baseado na acumulação com progresso técnico e extração de mais-valia relativa) é claramente dominante. A tecnoburocracia é apenas uma classe emergente. O latifúndio mercantil, uma classe em desaparecimento.

Esta economia capitalista monopolista tecnoburocrática está hoje em crise, mas trata-se de uma crise cíclica, que atingiu toda a economia mundial. Como todas as crises, esta também deverá ser superada. Entraremos então em um novo ciclo de acumulação e expansão.

É certo que a crise cíclica atual tem outro componente: o padrão de acumulação que chamamos de modelo de subdesenvolvimento industrializado, baseado na concentração de renda e na produção de bens duráveis de consumo, esgotou-se. A economia terá, portanto, não apenas de superar a crise cíclica, mas também a crise do próprio padrão de acumulação.

Na verdade, os elementos já existentes na economia brasileira permitem-nos prever que, quando sairmos desta crise, estará sendo definido um novo modelo de desenvolvimento que já poderemos chamar de “modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro”. Esse novo padrão de acumulação deverá basear-se, de um lado, em uma crescente difusão de bens de consumo duráveis, a partir do crescimento dos salários às mesmas taxas do aumento de produtividade, e, de outro lado, na exportação de produtos manufaturados principalmente trabalho-intensivo, mas tecnologicamente sofisticados, e na exportação de bens agro-industriais onde nossas vantagens comparativas são mais claras.

Entre 1930 e 1960, tivemos o modelo de substituição de importações, a revolução industrial brasileira. Nesse período, as exportações e importações estagnaram-se enquanto a economia se voltava para o mercado interno e industrializava-se aceleradamente ao mesmo tempo que o coeficiente de importações (importações sobre o PIB) declinava dramaticamente. Estava em torno de 20% em 1930 e baixou para cerca de 7% em 1960.

Entre 1966 e 1967 o país vive um período de crise econômica provocada pelo esgotamento do modelo de substituição de importações e pela crise fiscal provocada pelo excesso de gastos na segunda metade dos anos 50. O golpe militar em 1964, que manteria o país sob controle militar por quase vinte anos, foi em grande parte consequência dessa crise.

Depois de um bem sucedido, embora doloroso, processo de ajustamento entre 1964 e 1967, a economia brasileira volta a crescer, durante alguns anos em ritmo de milagre. A partir de 1973, com o primeiro choque do petróleo e a desaceleração da economia mundial, a economia brasileira volta a enfrentar dificuldades. Não obstante, em 1974 lançamos o II Plano Nacional de Desenvolvimento, através do qual se pretendia completar um processo de substituição de importações que, na verdade, já estava esgotado há muito. E iniciamos um processo de crescente endividamento externo. Essa política irresponsável chega ao auge em 1979-1980, quando, apesar do segundo choque do petróleo e da brutal elevação das taxas de juros internacionais, o Brasil decide de forma populista acelerar seu crescimento.

A Grande Crise e o correspondente ajuste começarão em 1981, quando as taxas de inflação começam a sair fora de controle, ao mesmo tempo que a economia entra em recessão. Entretanto, com a democratização do país, novo episódio populista tem lugar no Governo Sarney, entre 1985 e 1986, que culminará com o fracasso do Plano Cruzado e o desencadear de uma profunda crise. Em 1987 tenta-se retomar o ajuste iniciado em 1981, mas as forças populistas são mais fortes. O Brasil democrático vivia um período populista de volta aos anos 50 que o impedia de realizar o ajuste e as reformas estruturais necessárias. A década termina com um episódio hiperinflacionário no início de 1990.

A partir desse ano, no Governo Collor, começa novamente o ajuste fiscal, ao mesmo tempo que as reformas orientadas para o mercado passam a dominar a agenda do país. O Brasil, afinal, admitia a superação do modelo estatista e protecionista de substituição de importações, e passava a definir um novo modelo de desenvolvimento baseado no aumento de capacidade de competição internacional. Privatização e abertura comercial são então as duas principais reformas estruturais que apontam nessa direção.

Entretanto, apesar do enorme ajuste fiscal, a inflação, de caráter inercial, dados os preços formal e informalmente indexados, não cedia. Somente em 1994, graças ao Plano Real, em que a teoria da inflação inercial é aplicada para neutralizar a inércia, o país logra controlar os preços. O ajuste fiscal, por sua vez, que no Governo Itamar Franco, entre 1993 e 1994, fora relaxado, elevando o déficit público de zero a 5% do PIB em 1995, é retomado no

Governo Fernando Henrique Cardoso, ao mesmo tempo que a reforma administrativa e a da previdência são iniciadas, e a privatização, acelerada, graças à eliminação dos dispositivos constitucionais que a impediam.

Enquanto o modelo de substituição de importações, entre 1930 e 1960, financiava a acumulação principalmente por meio da transferência de renda do setor exportador (café em particular) para o industrial, o modelo de subdesenvolvimento industrializado (na verdade, uma extensão artificial do modelo de substituição de importações), especialmente a partir de 1964, vai apoiar-se na transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas e para as camadas médias tecnoburocráticas, por meio da política deliberada de redução dos salários, enquanto a produtividade crescia aceleradamente. Basear-se-á também na energia barata do petróleo e das hidrelétricas, e finalmente no endividamento externo sem limites como estratégia deliberada de crescimento. Os resultados são um rápido crescimento, mas também a crise: primeiro a crise do balanço de pagamentos, e, em seguida, a alta inflação. A crise do modelo de subdesenvolvimento industrializado, no final dos anos 70, levará o país a uma crise, e à busca de um novo padrão de financiamento dos investimentos, que terá agora que ser principalmente privado ao invés de estatal, e que deverá contar com uma participação maior, embora sempre secundária, do capital multinacional.

O Brasil, no final dos anos 90, continua um país subdesenvolvido, mas industrializado e cada vez mais moderno. Mais de 50% de nossas exportações já são de produtos manufaturados, e quase dois terços de produtos industrializados. Definitivamente, já não somos um país primário-exportador.

Para esse grande parque industrial, entretanto, a condição de sobrevivência transformou-se na exportação. O mercado interno certamente continuará a crescer, especialmente por meio da difusão de bens de consumo duráveis para as camadas mais pobres da população, mas a condição para que esse mercado interno cresça e para que a indústria continue a se desenvolver está no aumento concomitante das exportações. Por isso, alguns setores industriais brasileiros deverão cada vez mais ter capacidade de competir em condições de vantagem com os demais países. Nossa grande desvantagem é a incapacidade relativa que ainda temos de gerar tecnologia de ponta. Mas temos algumas vantagens importantes: (1) temos capacidade de absorver tecnologia com grande rapidez graças às empresas e aos engenheiros de que dispomos; (2) temos ainda mão-de-obra barata; e (3) temos recursos naturais, exceto petróleo, abundantes.

Para alguns setores industriais tecnologicamente simples e trabalho-intensivos, nossas vantagens são óbvias. É o caso da indústria têxtil, de con-

fecções e de calçados, por exemplo. Mas são esses setores que geralmente são mais protegidos tarifariamente nos demais países. Além disso, basear a política de exportação do Brasil nessas indústrias apresenta as mesmas limitações de uma política exportadora baseada na agricultura: (1) esses setores valorizam pouco a mão-de-obra nacional, mantendo-nos atrelados à nova divisão internacional do trabalho; e (2) a concorrência dos demais países subdesenvolvidos em estágio inferior de desenvolvimento (inclusive toda a América Latina) dificulta o êxito das nossas exportações.

Por isso, nos quadros do capitalismo industrial maduro (ainda que subdesenvolvido porque desigual), as nossas exportações deverão concentrar-se nas indústrias tecnologicamente sofisticadas, mas trabalho-intensivas. É o caso da indústria de bens de capital, da indústria eletrônica, da indústria aeronáutica, da indústria de construções de barragens e da indústria automobilística. Como esses setores industriais demonstraram, é falsa a correlação direta entre indústrias tecnologicamente sofisticadas (que valorizam nossa mão-de-obra) e tecnologia capital-intensiva. É nesses setores que nossos custos industriais (e, portanto, nossa eficiência) deverão ser fortemente competitivos.

Depois da Grande Crise dos anos 80, que foi essencialmente uma crise fiscal, as possibilidades de uma política industrial efetiva foram reduzidas. Mas ainda estão presentes na economia brasileira, principalmente quando se trata de estabelecer um sistema de financiamento a longo prazo para a acumulação. Este sistema está afinal sendo implantado pelo BNDES na segunda metade dos anos 90. É o que Ignácio Rangel vinha dizendo há muito tempo.

A nova política financeira terá de passar, de um lado, por um razoável reequilíbrio das finanças do Estado, de forma que ele deixe de competir com as indústrias pelos recursos dos capitalistas rentistas; de outro lado, pela criação de novos mecanismos de poupança forçada administrados via bancos de desenvolvimento do Estado; e, de outro lado ainda, por novos mecanismos de captação de recursos pelo setor privado, provavelmente na linha das debêntures que estão recentemente tendo grande expansão.

O importante a assinalar é que a via da competição em pé de relativa igualdade com as demais grandes potências industriais, além de ser o único caminho que resta hoje para o Brasil, é um caminho viável, cujas pré-condições já estão presentes na economia brasileira. No modelo de substituição de importações, aproveitamos a reserva de mercado representada pela própria possibilidade de substituir importações. Nossa prioridade não era então reduzir os custos industriais, mas ocupar o mercado, instalar a indústria. Na primeira fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado, a situação já começava a modificar-se à medida que cresciam nossas exportações indus-

triais, mas ainda foi possível aumentar o mercado para os bens industriais, principalmente duráveis de consumo via criação do crédito direto ao consumidor e concentração de renda das camadas médias para cima.

Hoje essas oportunidades de transferência de renda para a indústria estão esgotadas. Nossa industrialização deverá continuar, mas via exportação de manufaturados tecnologicamente de ponta, e via aumento da exportação de produtos agro-industriais. O crescimento do mercado interno ocorrerá à medida que cresça a renda. Estaremos então no modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro, talvez a última etapa de nossa história enquanto economia subdesenvolvida.

A transição do Brasil do subdesenvolvimento para o desenvolvimento está em curso. Vem ocorrendo em meio a crises. De forma desigual. Com superposição permanente de fases. Não completamos a revolução industrial mecânica, para entrar na elétrica, e não completamos a elétrica para entrarmos plenamente, como hoje estamos, na revolução eletrônica. Da mesma forma, não logramos implantar um sistema social-democrático de proteção social, do tipo que os europeus lograram construir, já que ao invés do Estado do Bem-Estar, instalamos no Brasil um Estado Desenvolvimentista. Quando este entrou em crise, a partir do início dos anos 80, entramos em uma grande crise econômica. Nos anos 90, entretanto, quando essa crise começa ser superada, vai-se definindo um novo modelo de Estado, que estamos chamando de Estado Social-Liberal. Social porque, ao contrário do que pretendem os grupos neoliberais (liberais radicais), o Estado continuará e aprofundará seu trabalho nas áreas da educação, da saúde e da proteção social; liberal, porque o fará ao mesmo tempo que dará mais espaço para o mercado, seja na produção de bens e serviços pelas empresas privadas, seja na produção de serviços sociais essenciais a serem cada vez mais executados por organizações públicas não-estatais, sem fins lucrativos, financiadas pelo Estado, mas competitivas entre si.

Está cada vez mais claro que os conceitos históricos de esquerda e de direita mudaram. Que, com a crise definitiva do estatismo soviético, a única alternativa concreta para o Brasil é a do capitalismo. Capitalismo que poderá ser mais ou menos desenvolvido, menos ou mais equilibrado, dependendo da capacidade que o país tenha de reformar e reconstruir seu Estado, e criar condições adequadas para o investimento das empresas privadas. Isto não significa, entretanto, que o socialismo não possa continuar a ser uma utopia possível. Para isto é necessário, em primeiro lugar, ter claro que socialismo não se confunde com estatismo, nem é incompatível com liberalismo. O liberalismo representou um grande avanço para a humanidade, na

medida que logrou afirmar os direitos civis à liberdade e à propriedade. O socialismo, por sua vez, teve um papel decisivo quando afirmou os direitos sociais. Os direitos civis, entretanto, foram inicialmente, garantidos apenas para a classe média e a classe alta. Sua extensão aos pobres, ao mesmo tempo que se lhes garante os direitos sociais, é algo que está ocorrendo neste final de século, em um ritmo mais lento do que seria desejável. Na medida, entretanto, em que a democracia se consolida no Brasil, a tendência será a uma maior afirmação dos direitos sociais. Dessa forma estaremos caminhando, ainda que com muitas dificuldades e desafios, para o socialismo democrático do futuro.